

**SOBRE CLÁUSULAS ENCAIXADAS A NOMES-CÁPSULA:
ASPECTOS SEMÂNTICOS, DISCURSIVOS E COGNITIVOS**

**ON EMBEDDED CLAUSES IN SHELL NOUNS: SEMANTIC,
DISCURSIVE AND COGNITIVE ASPECTS**

Thiago Laurentino de Oliveira¹

Eduardo Patrick Rezende dos Reis²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar aspectos semânticos, discursivos e cognitivos que caracterizam as construções formadas por nomes abstratos, os “nomes-cápsula” - do inglês *shell noun* (SCHMID, 2000; 2007; 2018), e pelas orações subordinadas a eles vinculadas - estas chamadas de “especificativas” por Raposo *et alii* (2013). Com isso, ancorados em uma visão cognitivo-funcional da língua, visamos a enfatizar que: (1) a compreensão e a análise das chamadas “orações especificativas” exigem que se considerem as propriedades semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas dos nomes-cápsula; (2) o objeto em investigação constitui um exemplo de construções linguísticas que se encontram na fronteira entre duas categorias, hipótese prevista pela Teoria dos Protótipos (cf. TAYLOR, 2005); (3) o uso dos nomes abstratos ligados a cláusulas subordinadas constitui uma marca de subjetividade com a qual o falante pode codificar morfossintaticamente seu ponto de vista (TRAUGOTT; DASHER, 2002). Para ilustrar e evidenciar os aspectos em discussão, utilizamos ocorrências das referidas construções, extraídas do Corpus NOW (*News on the web*), que integra o *Corpus do Português* e reúne jornais e revistas brasileiras, em formato digital, produzidos entre os anos de 2012 e 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes-cápsula. Orações Especificativas. Categorização. Teoria dos Protótipos. Linguística Centrada no Uso.

ABSTRACT: This article aims to analyze semantic, discursive and cognitive aspects that characterize the constructions formed by abstract nouns, “shell nouns” (SCHMID, 2000; 2007; 2018), and by the subordinate clauses linked to them – these are known as “specific constructions” by Raposo *et alii* (2013). Therefore, based on a cognitive-functional approach, we aim to emphasize that: (1) the understanding and analysis of the so-called “specific constructions” require that the semantic-cognitive and discursive-pragmatic properties of the shell nouns be considered; (2) the object under investigation constitutes an example of linguistic constructions that are on the border between two categories, a hypothesis predicted by the Prototype Theory (cf. TAYLOR, 2005); (3) the use of abstract names linked to subordinate clauses constitutes a mark of subjectivity with which the speaker can morphosyntactically encode his point of view (TRAUGOTT; DASHER, 2002). To illustrate and highlight the aspects under discussion, we use tokens of the aforementioned constructions, extracted from

¹ Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ. Contato: thiagolaurentino@letras.ufrj.br.

² Mestrando em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: eduardorezende@letras.ufrj.br.

the Corpus NOW (News on the web), which integrates *Corpus do Português* and brings together Brazilian newspapers and magazines, in digital format, produced between 2012 and 2019.

KEYWORDS: Shell Nouns. Specific Sentences. Categorization. Theory of Prototypes. Usage-Based Linguistics.

Palavras iniciais

Segundo as descrições gramaticais tradicionais acerca da sintaxe do período composto, podemos encontrar orações subordinadas a um sintagma nominal (doravante, SN) em dois casos. O primeiro deles corresponde a um dos tipos de subordinação substantiva, no qual a oração exerce a função sintática de complemento nominal. Já o segundo caso corresponde a um dos tipos de subordinação adjetiva, em que a oração exerce a função sintática de adjunto adnominal. Em outras palavras, as gramáticas tradicionais preveem que uma oração pode ser ou o argumento/complemento selecionado por um substantivo, ou o adjunto/modificador que especifica a referência de um SN. Os exemplos que seguem ilustram essas possibilidades:

- (1) ... mas ficava-me a certeza / *de que havia ali vários trabalhos, feitos por muitos indivíduos.* (LIMA, 1985, p. 235)
- (2) As terras / *de que era dono* / valiam mais que um ducado. (LIMA, 1985, p. 241)

Formalmente, a principal diferença destacada entre essas construções diz respeito ao elemento que conecta a estrutura oracional ao SN. As sentenças que funcionam como complemento nominal são introduzidas por uma *conjunção integrante* (ou *complementizador*, em descrições mais atuais, cf. MATEUS *et al.*, 2003). Já aquelas que atuam como adjunto adnominal são iniciadas por um pronome relativo, que, além de conectá-las ao SN, estabelece ainda uma relação de correferência.

Existe, no entanto, um conjunto de construções formadas por nomes abstratos ligados a estruturas oracionais encabeçadas por complementizador que “dilui” a fronteira aparentemente bem delimitada entre argumentos e adjuntos oracionais. Tais construções são identificadas por Raposo *et al.* (2013) como *orações especificativas*. Segundo os autores, essas orações não podem ser analisadas como um complemento selecionado pelo nome que acompanham; em vez disso, o mais coerente seria considerá-las um modificador que atua na especificação da referência nominal. Os exemplos abaixo são fornecidos por Raposo *et al.* (2013, p. 1879):

- (3) Surpreende-me [o facto de *que estamos face uma pandemia*].
- (4) Ele não gostou nada d[a ideia de *que o exame fosse adiado*].

Embora sejam formalmente semelhantes às orações subordinadas argumentais (já que são introduzidas pelo complementizador *que*), essas orações se comportam, funcionalmente, como orações relativas, visto que atuam como modificadoras do nome que as antecedem, contribuindo para a construção da sua referência. Argumentamos, contudo, que há outros aspectos a serem descritos e analisados acerca das construções em foco. Seleccionamos alguns deles para o desenvolvimento desta discussão.

Nesse sentido, o presente artigo pretende explorar alguns aspectos que caracterizam as cláusulas³ encaixadas a nomes-cápsula (cf. seção “aspectos funcionais dos nomes-cápsula”). Apoiados em uma visão cognitivo-funcional da gramática, objetivamos enfatizar que: (1) a compreensão e análise das ditas “orações especificativas” exige que se considerem as propriedades semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos dos nomes-cápsula a que elas se vinculam; (2) o objeto em investigação constitui um exemplo de construções linguísticas fronteiriças a duas categorias, hipótese prevista pela teoria dos protótipos (TAYLOR, 2005); (3) o uso dos nomes-cápsula ligados a cláusulas subordinadas constitui uma marca de subjetividade com a qual o falante pode codificar morfossintaticamente seu ponto de vista (TRAUGOTT; DASHER, 2002). Para ilustrar e evidenciar os aspectos em discussão, utilizamos ocorrências de orações especificativas extraídas do *Corpus NOW (News on the web)*, que integra o *Corpus do Português* e reúne jornais e revistas brasileiras, em formato digital, produzidos entre os anos de 2012 e 2019.

Além destas palavras iniciais, o presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na próxima seção, fazemos uma breve revisão da literatura gramatical, sublinhando autores tradicionais e linguistas contemporâneos que mencionam as orações subordinadas encaixadas a nomes intransitivos; em seguida, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam as nossas análises e discussões acerca das construções em foco; depois, apresentamos os aspectos funcionais que particularizam os elementos nominais que encabeçam as estruturas; na sequência, descrevemos a tipologia baseada nos usos dos nomes-cápsula, proposta por Schmid (2000; 2007; 2018) e a ilustramos com dados de uso do português brasileiro contemporâneo; por fim, tecemos nossas considerações finais acerca das reflexões colocadas.

³ Reconhecemos a distinção conceitual feita no âmbito das pesquisas funcionalistas entre “oração” e “cláusula”, sendo o segundo termo empregado, geralmente, para designar estruturas que evocam uma unidade informacional, independentemente da presença de um verbo (cf. DECAT, 2011). Ao longo deste artigo, contudo, ambos os termos serão utilizados como sinônimos.

Revisão da literatura

No âmbito da tradição gramatical brasileira da segunda metade do século XX, encontramos apenas na *Moderna gramática brasileira* (1976), de Celso Pedro Luft, uma menção explícita a orações subordinadas substantivas com função de adjunto. Sinalizadas como um “acréscimo à NGB”, Luft (1976, p. 57) descreve

- (...) Orações com função de *adjunto adnominal* de um substantivo da oração regente.
- 1) Desenvolvidas, introduzidas por:
 - (a) Conjunção integrante – *que* – regida de preposição *de*, que pode se omitir (elipse): [O fato [(*de*) *que ele não tenha protestado*] é significativo]. [Foi o caso [*que veio um hóspede sem aviso prévio*]].
 - (b) Pronome relativo sem antecedente: [Para a alegria [*de quantos compareceram*] houve concerto]. [Olhos [*de quem ama*] enxergam mais fundo].
 - 2) Reduzidas de infinitivo: [O fato [*de ele não ter protestado*] é significativo]. [Já é tempo [*de aprender alguma coisa*]]. [No caso [*de ele não vir*], saio sozinho].

Embora sejam apresentados exemplos que claramente se afastam das estruturas oracionais tipicamente analisadas como subordinadas substantivas (ou completivas, em descrições mais atuais) – especificamente, os dois enunciados no item (b) transcrito acima –, chama a atenção, na descrição de Luft (1976) a inclusão de orações que se ligam aos substantivos abstratos *fato* e *caso* por intermédio da conjunção integrante *que*, analisadas como adjuntos adnominais. Ao adotar essa classificação, vemos que o gramático sinaliza a existência de uma função “não convencional” para orações substantivas.

Kury (1987) menciona indiretamente a problemática de análise dessas orações ao final da apresentação das funções sintáticas das orações subordinadas substantivas. O autor refere-se a essas estruturas como “outro tipo de orações subordinadas, formalmente idênticas às substantivas conexas: conjunção integrante ou verbo no infinitivo precedidos de preposição” (p. 77). Transcrevemos abaixo os exemplos oferecidos por Kury (1987), bastante similares aos de Luft (1976):

- (5) “Já era tempo [de que te emendasses]”; “Já era tempo [de te emendares].”
- (6) “É significativo o fato [de que ele não tenha protestado].” (KURY, 1987, p. 77)

Kury (1987) analisa as duas orações destacadas em (5) como adverbiais e a oração destacada em (6) como adjetiva. A classificação como completivas nominais é descartada, “dada a natureza não transitiva dos substantivos a que se ligam” (p. 77). O autor admite que essas construções correspondem a adjuntos adverbiais e adnominais vinculados a um substantivo. Apoiando-se, contudo, em um argumento pretensamente “funcional”, tenta justificar a sua proposta de análise:

Rigorosamente, portanto, [as referidas orações] têm o valor de locução adverbial ou adjetiva, com núcleo substantivo, motivo da sua identidade formal com as substantivas. Mas como a classificação há de ser funcional, devem, a nosso ver, ser arroladas entre as adverbiais e as adjetivas. (KURY, 1987, p. 77)

Podemos refutar essa proposta de análise utilizando tanto aspectos formais como algumas propriedades semânticas. As orações assinaladas em (5) não denotam circunstância alguma, o que descartaria uma interpretação adverbial; antes disso, elas descrevem um estado de coisas relacionado à semântica do substantivo ao qual se ligam. Além disso, parece pouco aceitável antepor essas orações à oração principal: “?[*de que te emendasses,*] já era tempo”; “?[*de te emendares,*] já era tempo”. Quanto ao exemplo reproduzido em (6), a análise da oração subordinada como adjetiva não se sustenta, já que esta não é introduzida por um pronome relativo, algo verificável na tentativa de substituição da palavra *que* pelo substantivo *fato*, assumindo que ele seria o antecedente (“*do fato* ele não tenha protestado”? “ele não tenha protestado *do fato*”?).

Inconsistências analíticas como essa parecem resultar da visão aristotélica assumida pela tradição gramatical. Segundo essa perspectiva, as categorias gramaticais são estanques e discretas. Não está prevista, nessa concepção, a existência de construções linguísticas à margem ou na fronteira das categorias, como acreditamos ser o caso das “orações especificativas” em discussão. Aprofundaremos essas reflexões na próxima seção deste artigo.

Nas gramáticas descritivas contemporâneas, produzidas por linguistas, encontramos comentários e propostas de análise dessas estruturas em Mateus *et al.* (2003), Raposo *et al.* (2013) e Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2021). Destacamos, aqui, as considerações de cada uma delas.

Mateus *et al.* (2003, p. 614) afirmam que “há verbos, adjetivos e nomes que selecionam como complemento completivas preposicionadas, com relações gramaticais oblíquas”. Fica evidente, pois, que orações como a reproduzida em (7) são analisadas como *complemento* do nome:

(7) Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam a **ideia** [de [*que a Terra é redonda*]].(MATEUS *et al.*, 2003, p. 614)

As autoras destacam, ainda, que “as completivas com relações gramaticais oblíquas selecionadas por nomes não são facilmente parafraseáveis por um pronome demonstrativo invariável como *isso*, precedido da preposição relevante (...)” (MATEUS *et al.*, 2003, p. 614). A possibilidade de substituir uma completiva pelo pronome demonstrativo é tomada, pelas autoras, como um teste de constituição sintática para evidenciar seu estatuto argumental. A

pronominalização é possível, segundo as autoras, por meio de um determinante demonstrativo *esse/essa* junto ao nome que seleciona a oração:

- (8) a. ?Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam a ideia *disso*.
b. Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam *essa* ideia. (MATEUS
et al., 2003, p. 614)

Já em Raposo *et al.* (2013), temos uma descrição mais pormenorizada acerca dessas construções. De acordo com esses autores,

“As orações dependentes de nomes podem ser de dois tipos diferentes: **completivas** e **especificativas**. As primeiras funcionam como argumentos selecionados pelo nome, sendo, portanto, complementos com o mesmo estatuto dos complementos dos verbos ou dos adjetivos; as segundas funcionam como modificadores.” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 1879)

Ao refutar o estatuto de complemento para as orações especificativas, Raposo *et al.* (2013), defendem que “nestes casos, o papel da oração é tornar explícito o conteúdo do sintagma nominal simples que a antecede (...)” (p. 1880). Seguindo essa linha de raciocínio, os autores definem, então, como orações especificativas

(...) o tipo de oração que tem a função de especificar o conteúdo do sintagma nominal do qual depende. Neste caso, a oração funciona como um modificador, e não como argumento do nome, não sendo, portanto, tecnicamente, uma oração completiva. Em consequência, não é possível substituí-la por um pronome demonstrativo, contrariamente ao que sucede com as orações completivas e com os complementos em geral (...).” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 1880)

Os autores apontam também que (1) orações especificativas só podem ser introduzidas pela preposição *de*; (2) os nomes com os quais elas se relacionam só podem ser especificados por determinantes definidos; (3) a escolha do modo verbal dessas orações é determinada pelas propriedades de seleção do verbo da oração que contém o nome especificado. Quanto aos nomes que se combinam com orações, Raposo *et al.* (2013) postulam a existência de três classes: a dos nomes que só selecionam orações completivas (p. ex., *certeza, confiança, demonstração, empenho, estimativa, justificação, fé, medo e vantagem*), a dos que apenas admitem orações especificativas (p. ex., *assunto, boato, fato, hipótese, ideia, maluquice, mentira, notícia, rumor e sorte*) e, ainda, a dos que selecionam orações completivas com propriedades mistas, cujo comportamento é similar ao das especificativas (p. ex., *conclusão, crença, decisão, desejo e promessa*).

Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2021, p. 90), ao descreverem os predicados adjetivais e nominais que selecionam construções subordinadas substantivas, mencionam a existência de *predicados anunciativos*. Nas palavras dos autores, “(...) são aqueles que, dado o

seu conteúdo genérico, enquadram o conteúdo da sentença encaixada em uma classe conceitual, isto é, anunciam que o que os segue é para ser entendido como um fato (...), um assunto (...) ou um conceito (...). O exemplo em (9) compõe a descrição dos pesquisadores:

(9) a colocação que a Maria Lúcia faz e ela faz muito bem, que(r) dice(r), prende-se ao *fato de* que os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele já faz um exame [EF POA 278] (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2021, p. 90)

Embora não façam uma discussão sobre o estatuto das orações substantivas vinculadas aos ditos predicados anunciativos – se seriam argumentos ou adjuntos –, os autores colocam em destaque, no trecho citado, um aspecto subjetivo e argumentativo dessas construções. Ao considerar que o nome classifica conceitualmente o conteúdo proposicional da oração que lhe segue, sinalizando como ela deve ser interpretada, assumimos que a construção inteira cumpre a função de influenciar ou conduzir a opinião/avaliação do interlocutor em relação ao que é posto no enunciado. Essa dimensão discursiva dessas construções será detalhada mais adiante, na seção “aspectos funcionais dos nomes-cápsula”.

De modo geral, pudemos verificar, nesta breve revisão de algumas gramáticas tradicionais e descritivas, que diferentes autores reconhecem a existência de orações ligadas a certos nomes que se afastam das propriedades mais emblemáticas das demais orações subordinadas substantivas completivas nominais ou, na nomenclatura mais recente, das orações subordinadas completivas de nome. Vimos, também, que não há um consenso quanto ao estatuto dessas orações, se seriam argumentos/complementos ou adjuntos/modificadores dos nomes que lhes antecedem. Há, contudo, propriedades funcionais bastante evidentes, que parecem particularizar essas construções e que demandam a exploração de aspectos semânticos, discursivos e cognitivos. Com o intuito de explorá-las adequadamente, a partir de uma perspectiva cognitivo-funcional, elencamos, na próxima seção, os pressupostos teóricos pertinentes para essa tarefa.

Categorização, prototipia e subjetividade

Nesta seção, apresentamos os pressupostos teóricos da Linguística Cognitivo-Funcional que embasam a nossa análise das cláusulas encaixadas aos nomes-cápsula. Primeiramente, destacamos os principais postulados dessa perspectiva teórica; em seguida, tratamos da categorização e da teoria dos protótipos, segundo a formalização de Taylor (1995; 2005); por último, exploramos o conceito de subjetividade consoante a perspectiva de Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2010).

Em linhas gerais, o rótulo *Linguística Cognitivo-Funcional* (ou *Linguística Centrada no Uso*) tem sido utilizado, nas últimas décadas, para identificar uma das tendências dos estudos funcionalistas da língua. Tem como característica principal a conciliação de abordagens teóricas do funcionalismo norte-americano (desenvolvido, por exemplo, por Talmy Givón, Paul Hopper, Joan Bybee e Elizabeth Traugott) e da Linguística Cognitiva (cujos representantes são George Lakoff, Ronald Langacker, John Taylor, dentre outros).

A gramática é concebida, nessa perspectiva de análise, como uma entidade resultante da estruturação de aspectos comunicativos e cognitivos da linguagem humana. De acordo com Furtado da Cunha (2012, p. 30-31), “essa corrente teórica reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição das suas formas, de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação à função a que ela serve nos processos reais de comunicação”. Nesse sentido, ainda segundo a mesma autora, “a linguagem constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana” (p. 30). As pesquisas que se filiam à Linguística Cognitivo-Funcional têm, pois, como objetivo descrever e explicar os fenômenos da língua a partir das funções semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas que as unidades linguísticas exercem nos variados contextos de uso.

Dentre os diversos postulados teóricos comumente explorados nas pesquisas da área, destacaremos, neste artigo, a categorização, a teoria dos protótipos e as marcas de subjetividade das expressões linguísticas. Começemos pela primeira.

A categorização é concebida como um mecanismo cognitivo que compreende as operações conceituais de identificação e rotulação de entidades (de natureza linguística e extralinguística) como elementos constituintes de um determinado grupo. De acordo com o pensamento objetivista aristotélico, o mundo poderia ser compreendido por meio de um pensamento lógico (cf. SANTOS, 2010). Uma “entidade” seria então constituída de *essência*, que corresponde a traços (de ordem binária) determinantes de sua natureza, bem como é composta de seus *acidentes*, propriedades que não se mostram relevantes na definição do seu “ser” (cf. TAYLOR, 1995, p. 22). Para Aristóteles, essa “entidade” só seria categorizada como membro de uma classe em caso de ela apresentar todos os atributos essenciais que lhe caracterizam; os limites entre as categorias seriam, portanto, claros e rígidos.

Seguindo por outra linha de raciocínio, um conjunto de trabalhos que surge a partir da segunda metade do século XX, como o de Wittgenstein (1953, *apud* FERRARI, 2014), traz evidências contrárias à ideia de que as categorias se apresentam efetivamente como rígidas.

Wittgenstein, com base na categoria *game* (jogo), sinaliza para um problema que se inscreve ao se sustentar a categorização nos moldes aristotélicos: “qualquer traço eleito para a definição da categoria [game] não estaria associado a todos os seus membros” (FERRARI, 2014, p.33). Isso demonstra que as categorias não podem ser tão rígidas, como se entendia sob o prisma do pensamento essencialista. O filósofo entende, então, que há “semelhanças por familiaridade” entre os componentes de uma categoria: os membros da categoria *game*, embora não sejam constituídos das mesmas propriedades, apresentam traços em comum.

À luz da Psicologia Cognitiva, os trabalhos de Rosch (1975; 1978) trouxeram importantes contribuições para o tema, no que diz respeito ao papel da cognição no mecanismo de categorização. Diante dos resultados obtidos, Rosch demonstra que as categorias são constituídas de membros mais representativos, considerados os protótipos; igualmente, elas são formadas por membros cujo *status* é mais periférico, o que evocaria os *efeitos do protótipo* – em linhas gerais, trata-se da possibilidade de ranqueamento dos componentes de uma categoria, que compreende tanto aqueles que melhor a representarão quanto os que se afastarão do membro nuclear (cf. TAYLOR, 2005, p. 41). A autora conclui ainda que as fronteiras entre uma e outra categoria não se encontram muito bem delimitadas; consistem, na verdade, em fronteiras flexíveis.

Taylor (2005), que discute a proposta de Rosch, elucida alguns pontos centrais, que permitem uma melhor compreensão das noções de categoria e protótipo. O autor comenta que uma categoria é constituída de um conjunto de atributos com diferentes “pesos”, referentes à sua importância no diagnóstico dos membros, prototípicos ou não, dessa categoria; dito de outra forma, algumas propriedades terão maior relevância, se comparadas a outras, na caracterização de uma categoria, tal como prevê Rosch (*op. cit.*). Taylor salienta que uma entidade pertencerá a uma determinada categoria caso apresente um “certo número de atributos”, seja ela uma entidade prototípica, que reunirá o número máximo de propriedades, ou uma entidade marginal, que reunirá um menor número de traços.

O autor esclarece também que os membros de uma categoria não necessariamente compartilham todos os mesmos atributos, nem que é fundamental que uma propriedade seja compartilhada entre todos esses membros. Finalmente, aponta que as categorias apresentam “semelhanças familiares”, em que “os atributos se entrecruzam, como os fios de uma corda” (WITTGENSTEIN, 1978, p.32, *apud* TAYLOR, 2005, p. 44)⁴; ou seja, as categorias são

⁴ Todas as citações de textos originalmente em inglês serão reproduzidas com a nossa tradução livre para o português.

constituídas por uma estrutura semântica com “uma forma radial de significados que se aglomeram e sobrepõem” (GEERAERTS, 2006, p.146). Vale salientar que, como bem frisa Consenza (2020), os representantes prototípicos de uma determinada categoria podem variar, a depender da comunidade linguística e da cultura envolvidas.

No âmbito deste artigo, a proposta de categorização delineada por Taylor (1995; 2005) é pertinente por duas razões. Em primeiro lugar, como demonstramos na seção de revisão da literatura, as ditas “orações especificativas” não recebem uma classificação adequada dentro do modelo de categorização discreta, amplamente utilizado pelas gramáticas tradicionais e mesmo por algumas descrições linguísticas, visto que essas orações apresentam traços característicos tanto das orações substantivas quanto das orações adjetivas. Em segundo lugar, conforme será explorado na próxima seção, a própria combinação entre os nomes-cápsula e as cláusulas “especificativas” é um exemplo do mecanismo cognitivo de categorização, haja vista que a escolha do nome-cápsula que encabeça a estrutura consiste em uma classificação dos fatos ou acontecimentos expressos nas cláusulas (cf. SCHMID, 2000; 2018).

Para além dos fatores semânticos e cognitivos, estreitamente relacionados aos conceitos de categorização e protótipo, em uma perspectiva cognitivo-funcional, os fatores discursivo-pragmáticos também devem ser contemplados. Dentre eles, focalizamos aqui a subjetividade. Nas palavras de Lyons (1982 *apud* TRAUGOTT, 2010, p. 33), esse termo “refere-se ao modo como as línguas naturais, em sua estrutura e seu modo normal de funcionamento, proporcionam ao agente locucionário a expressão de si mesmo e de suas próprias atitudes e crenças”. Dito de outro modo, quando dizemos que há marcas de subjetividade em um enunciado ou em um texto, geralmente queremos sinalizar para o uso de construções linguísticas que indiciam, em alguma medida, o ponto de vista, a opinião ou a postura do falante em relação a um fato, evento ou estado de coisas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Traugott e Dasher (2002) afirmam que o sujeito falante ou escrevente

(...) seleciona não apenas o conteúdo, mas também a expressão desse conteúdo – qual entidade é escolhida como sujeito sintático, se é usada topicalização, tempo presente ou passado etc. (...) A seleção do repertório gramatical pode ser consciente ou inconsciente. Escritores e retóricos criativos tendem a ser altamente conscientes de suas seleções, outros menos. As escolhas estão correlacionadas com o registro (...) e com o grau de atenção a uma audiência, seja individual ou múltiplos ouvintes/leitores (...). Em todos os casos, as escolhas são, em particular, altamente correlacionadas com a intenção estratégica e com a codificação explícita dessa intenção. (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p. 20-21)

Ainda segundo as mesmas autoras, a “objetividade linguística” é algo bastante questionável, uma vez que o simples esforço de construir um enunciado “objetivo” já configuraria uma intenção subjetiva (afinal, há diferentes razões por trás da decisão de tentar imprimir neutralidade ao que se diz ou se escreve). Além disso, conforme a perspectiva delineada pelas autoras, a subjetividade não seria um parâmetro dicotômico, segundo o qual certas unidades linguísticas seriam subjetivas e outras não. Em vez disso, postula-se que

(...) certos tipos de expressões podem ser explicitamente subjetivas, mais especialmente expressões ilocucionárias explícitas, como *Eu prometo que X* etc. Outras podem mascarar subjetividade recorrendo a lexemas associados à verdade “objetiva”, por exemplo, advérbios de sentença como *de fato (...)*” (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p. 23)

Indo ao encontro dessa visão acerca da subjetividade linguística, defendemos que as construções investigadas neste artigo se enquadram entre as expressões que mascaram subjetividade, ou melhor, permitem ao falante marcar um posicionamento ou imprimir um juízo de valor de forma sutil, conferindo ao enunciado uma aparência de “verdade objetiva”. Esse traço de subjetividade parece estar intimamente ligado à natureza dos nomes que iniciam a construção; doravante, serão chamados de nomes-cápsula⁵. Tratamos desses nomes na próxima seção.

Aspectos funcionais dos nomes-cápsula

Argumentamos, neste artigo, que a compreensão e análise das “orações especificativas” (cf. RAPOSO *et al.*, 2013) devem considerar as propriedades funcionais dos nomes-cápsula que as antecedem. Fundamentamos a nossa argumentação para os dados do português brasileiro nas hipóteses postuladas por Hans-Jörg Schmid (2000; 2007; 2018) para os dados do inglês norte-americano, que envolvem estruturas muito similares às que analisaremos em português⁶. Nesta seção, descrevemos o que o autor entende por nome-cápsula e as três propriedades funcionais que caracterizam essa unidade linguística.

A definição para nome-cápsula oferecida por Schmid (2018) é claramente funcional. Nas palavras do autor,

⁵ Utilizamos esse rótulo como correspondente à expressão em inglês *shell nouns*.

⁶ Sabemos que, de acordo com Croft (2001), as construções são elementos particulares de cada língua. Isso não impede, entretanto, que comparações translinguísticas sejam feitas quanto a certos aspectos estruturais. Na presente pesquisa, houve a preocupação de comparar apenas as orações com nomes-cápsula do inglês que fossem relativamente similares às estruturas encontradas para o português brasileiro. Esse ponto será retomado mais adiante.

(...) nomes abstratos do tipo *objetivo, ideia, problema, desafio e razão* são usados na função de nomes-cápsula [*ing., shell nouns*], que, metaforicamente falando, encapsulam o conteúdo proposicional codificado em cláusulas complemento (...). Esse conteúdo proposicional é referido como conteúdo encapsulado [*ing., shell content*] (Schmid 2000). (SCHMID, 2018, p. 110)

Em outras palavras, os nomes-cápsula são, na verdade, nomes abstratos que apresentam um conjunto de funções específicas, o que reforça a necessidade de que essas construções sejam analisadas de um ponto de vista funcional. Como alerta o linguista, a capacidade de encapsular conteúdos proposicionais “não é uma propriedade inerente que determina se um dado nome pertence ou não à classe dos nomes-cápsula, mas sim um conjunto de funções que o nome exerce quando é usado em discurso real” (SCHMID, 2018, p. 111). Uma evidência disso é o fato de que nem todos os nomes abstratos podem atuar como encapsuladores; para isso, é preciso que o nome possa “abrir uma lacuna semântica inerente que deve ser preenchida por uma informação do contexto linguístico” (SCHMID, *idem, ibidem*).

Schmid (2018) apresenta, ainda, três propriedades distintivas dos nomes-cápsula, cada uma delas relacionada a um nível de descrição linguística. São elas: a propriedade de conceptualização reificante, a propriedade de caracterização e a propriedade de referenciação subjetificada.

A propriedade de conceptualização reificante se insere no nível cognitivo e diz respeito à função encapsuladora desses nomes, que contribui para a formação de conceitos temporários similares a “coisas”. Segundo Schmid, essa propriedade funcional advém do potencial reificante dos nomes, isto é, “seu potencial para sugerir a existência de uma entidade semelhante a uma coisa delimitada” (SCHMID, 2018, p. 112). Dito de outro modo, a utilização de um nome-cápsula ao lado de uma cláusula faz com que o conteúdo proposicional desta seja coisificado, sintetizado como unidade referencial. Schmid (2018) salienta o caráter efêmero dessa conceptualização, já que o que é caracterizado como um fato, um boato, um problema etc. muda de um uso para outro, a depender do conteúdo da cápsula (ou seja, o conteúdo proposicional da cláusula que o acompanha).

A propriedade de caracterização corresponde a um aspecto do nível semântico. Ao encapsular e conceptualizar o conteúdo da cláusula com a qual se relaciona, o nome-cápsula, conseqüentemente, também caracteriza o conteúdo proposicional codificado no contexto linguístico. Há, aqui, uma diferença importante: enquanto o potencial conceptualizador é transitório, o potencial semântico caracterizador é permanente, pois faz parte do significado lexical dos nomes. Ou seja, o que é conceptualizado como “rumor” ou “fato” varia de acordo com o contexto e/ou com contexto, mas a caracterização como “rumor” ou “fato” será

constante. Haja vista o amplo conjunto de itens que podem atuar como nomes-cápsula, essa caracterização envolve desde significados extremamente genéricos (p. ex., “coisa” e “situação”) até significados bastante específicos (p. ex., “desvantagem” e “maluquice”).

No nível discursivo, os nomes-cápsula exibem a propriedade funcional que denominamos aqui de referenciação subjetificada: “têm uma função de ligar e referir, instruindo leitores e ouvintes a vincular a caracterização semântica fornecida pelo nome àquilo que é codificado como o conteúdo da cápsula” (SCHMID, 2018, p. 112). Em outras palavras, os nomes-cápsula funcionam como articuladores anafóricos ou catafóricos dentro dos textos (a depender do padrão estrutural em que ocorrem), retomando ou prenunciando conteúdos proposicionais e, ao fazerem isso, imprimem uma caracterização, que revela uma marca subjetiva dos locutores. Por essa razão, dizemos que se trata de uma referenciação subjetificada, entendendo que a escolha do nome encapsulador da proposição revela uma marca de subjetividade do produtor do enunciado em questão.

Para ilustrar as três propriedades caracterizadoras dos nomes-cápsula, vejamos o exemplo em (10):

(10) O Nobel de Literatura entregue a Bob Dylan na última quinta-feira, 13, causou movimentação não só nas redes sociais, como também no mercado editorial. Após receber a *surpresa* de [que o astro foi o primeiro músico a receber um prêmio do tipo], parece que o público ficou curioso para saber mais sobre o lado literário de Dylan. Apenas 24 horas após a cerimônia, as vendas dos livros assinados pelo (também) escritor dispararam na lista dos mais vendidos do site Amazon. (*regiaonoroeste.com*, 15-10-2016)

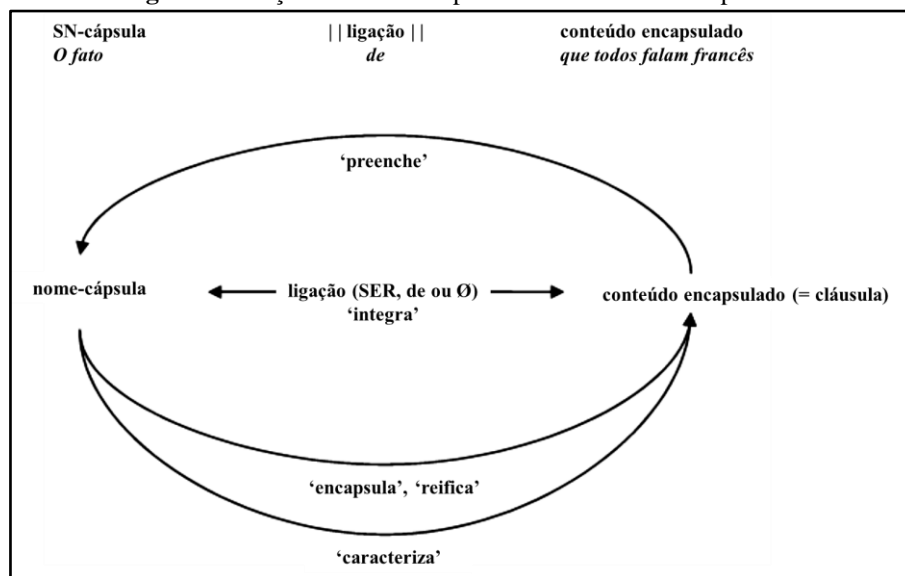
No trecho da reportagem, vemos que o nome abstrato *surpresa* atua como um encapsulador da sentença “que o astro foi o primeiro músico a receber um prêmio do tipo”. Nessa relação entre o nome e a cláusula, podemos observar as três propriedades funcionais descritas por Schmid (2018): (1) o uso de *surpresa* antes da oração a reifica, sintetizando o seu conteúdo proposicional dentro do nome-cápsula, que funciona como uma unidade referencial; (2) ao encapsular o conteúdo proposicional da sentença, o nome-cápsula lhe confere uma caracterização: o acontecimento em questão é qualificado como uma surpresa; (3) a escolha do autor da reportagem pelo nome surpresa estabelece uma referenciação subjetificada, pois não só insere um elo de coesão referencial catafórica na sequência textual como também expressa uma opinião, uma avaliação: afinal, quem disse que o público encarou o Nobel de literatura para Bob Dylan como uma surpresa? Parece haver, nesse caso, uma subjetividade mascarada de verdade objetiva, nos termos de Traugott e Dasher (2002).

Embora o enfoque de Schmid (2000; 2018) seja sobre as propriedades dos nomes-cápsula, ele também tece algumas considerações importantes acerca das cláusulas que acompanham esses nomes, referidas como *conteúdo encapsulado*. Sobre esse conteúdo, diz o autor que

(...) os conteúdos proposicionais das ‘that-clauses’ [equivalentes às cláusulas-que, no português] podem ser indeterminados com relação a se representam eventos ou fatos, quando são vistos isoladamente. Somente quando um predicado superior ou, no contexto presente, um núcleo nominal abstrato é introduzido que o status conceitual é fixado. (SCHMID, 2000, p. 312-313)

Segundo a interpretação de Schmid (2018), os itens que podem atuar como nome-cápsula possuem uma lacuna semântica que é preenchida contextualmente pela cláusula vinculada ao nome. É dessa forma que se estabelece a relação que o linguista descreve como *identidade experiencial*: o SN-cápsula e a proposição preenchedora se referem à mesma representação do discurso. Na figura 1, adaptamos o esquema apresentado por Schmid (2007, p. 316) a um exemplo atestado no português: “Se ignorarmos [o *fato* de que todos falam francês], a decoração nos faz pensar que estamos em solo mexicano” (*esporte.uol.com.br*, 17-06-2019):

Figura 1. Funções do nome-cápsula e do conteúdo encapsulado



Fonte: adaptado para o português de Schmid (2007, p. 316)

No esquema, temos uma síntese da relação que se estabelece entre os nomes-cápsula e o conteúdo encapsulado da oração subordinada. A seta que parte da direita para a esquerda sinaliza a função preenchedora da cláusula, que fornece o conteúdo proposicional ao nome-cápsula. Já a seta dupla que parte da esquerda para a direita evidencia a tripla função do nome-

cápsula em relação à cláusula: encapsular o conteúdo proposicional e, ao mesmo tempo, reificá-lo e caracterizá-lo. Ao centro do esquema, vemos os modos de integração entre o nome e a cláusula em português⁷, que podem se dar por intermédio do verbo copulativo ‘ser’, da preposição ‘de’ ou mesmo sem qualquer item linguístico específico. Essas possibilidades de integração dependem dos padrões estruturais em questão, conforme apontaremos mais adiante.

Na próxima seção, apresentamos a tipologia baseada nos usos dos nomes-cápsula criada por Schmid (2018), ilustradas com dados do português escrito contemporâneo. Encontramos, nesses dados, padrões de construções com nomes-cápsula e cláusulas subordinadas muito similares àqueles investigados por Schmid para a língua inglesa.

Uma tipologia baseada nos usos de construções com nomes-cápsula

Schmid (2000; 2018) descreve seis padrões estruturais dos quais os nomes-cápsula podem participar. São eles⁸: (a) *SN-cápsula + verbo SER + cláusula (de) que*, como em “o problema é que eu tenho que ir agora”; (b) *SN-cápsula + sentença encaixada*, como em “o fato (de) que eu tenho de sair (...)”; (c) *Pronome demonstrativo + nome-cápsula*, como em “esta ideia deve convencer a todos [...]”; (d) *Pronome demonstrativo + verbo SER + nome-cápsula*, como em “esta é uma ideia maravilhosa”; (e) *SN-cápsula + sintagma preposicionado*, como em “a ideia de se divertir”; (f) *SER (“IT IS”) + nome-cápsula + sentença (de) que ou infinitiva* como em “é uma ótima ideia sair e se divertir”. Neste artigo, focalizamos o padrão (b), que consiste na construção com o sintagma nominal (nome-cápsula) seguido de uma cláusula subordinada (notação “N-cl”).

Esses padrões encontram-se distribuídos entre seis classes semânticas, que reúnem diferentes subconjuntos de nomes-cápsula. Schmid (2000, p. 87) adverte que esses grupos foram propostos a partir dos usos identificados para a língua inglesa e não dos significados dos nomes. Essa observação é importante, pois, segundo ele, há “nomes que podem transmitir um número particularmente grande de significados diferentes” por serem “altamente inespecíficos” semanticamente. No Quadro 1, reproduzimos o quadro apresentado pelo linguista:

⁷ Cumpre observar que, no esquema original, Schmid (2007) não prevê a possibilidade de haver uma preposição (of, por exemplo) ligando o nome-cápsula à cláusula, uma vez que sua análise focalizou apenas a língua inglesa. Ao examinarmos dados do português, no entanto, verificamos que a integração através da preposição ‘de’ é uma possibilidade.

⁸ Para fins explicativos, optamos por adaptar os rótulos dos padrões estruturais apresentados por Schmid (2018) para o português. Embora a análise do autor tenha explorado a língua inglesa, podemos perceber que é possível verificar padrões similares no português brasileiro, conforme ilustram os exemplos mencionados no parágrafo. Para os rótulos originais, em inglês, ver Schmid (2018, p. 114-115).

Quadro 1. Classes semânticas de usos dos nomes-cápsula

Classe	Exemplos
Factual	<i>fato, coisa, problema, razão, diferença</i>
Linguístico	<i>notícia, mensagem, rumor, relato, ordem, propósito, questão</i>
Mental	<i>ideia, noção, crença, suposição, objetivo, plano, decisão</i>
Modal	<i>possibilidade, verdade, permissão, obrigação, necessidade, habilidade</i>
Eventivo	<i>ato, reação, tentativa, tradição, atitude, medida, artifício</i>
Circunstancial	<i>situação, contexto, lugar, área, tempo, maneira, procedimento</i>

Fonte: adaptado de Schmid (2007, p. 322)

O padrão N-cl, segundo Schmid, figura nas quatro primeiras classes listadas no quadro: factual, linguístico, mental e modal. Na sequência, além de expor as propriedades que o autor utiliza para caracterizar essas quatro classes na língua inglesa, ilustraremos também, com dados de língua escrita, que é possível aplicar essa classificação semântica ao português brasileiro contemporâneo.

Usos de sentido factual – ocorrem quando os falantes “usam nomes-cápsula para criar cápsulas conceituais para estados de coisas e fatos ‘abstratos’” (SCHMID, 2007, p. 322). Essa classe, segundo o linguista, abarca nomes considerados semanticamente neutros (p. ex., *fato, coisa* ou *fenômeno*), causais (p. ex., *razão, motivo* e *resultado*), evidenciais (p. ex., *prova, sinal* e *evidência*) e atitudinais (p. ex., *problema* e *vantagem*). Nos exemplos em (11), atestamos duas ocorrências do padrão N-cl no sentido factual, em que há a presença dos nomes-cápsula *motivo* e *sinal*:

(11)

a. “O caminho das duas equipes até a semifinal foi complicado e justifica o *motivo* [de que o ganhador da batalha de São Petersburgo será o favorito domingo]”. (www.terra.com.br, 10-07-2018)

b. “O *sinal* [de que poderia haver um vazamento na casa de Lázara] foi encontrado no hidrômetro. Todas as torneiras estavam fechadas, ninguém consumia água e, mesmo assim, o registro continuava girando”. (g1.globo.com, 15-06-2019)

Usos de sentido linguístico – os nomes que integram essa classe “permitem que os falantes retratem atividades linguísticas e seus conteúdos e produtos de várias maneiras” (SCHMID, 2007, p. 322). Dentre essas possibilidades, destacam-se a focalização do conteúdo proposicional (p. ex., *notícia, mensagem, rumor*) e da força ilocucionária (p. ex., *ordem, proposta, pergunta*) dos enunciados encapsulados. Em (11), verificamos duas ocorrências do padrão N-cl no sentido linguístico; na primeira, o nome-cápsula *rumor* qualifica o conteúdo

proposicional da oração subordinada e, na segunda, o nome *proposta* caracteriza a força ilocucionária da sentença que o acompanha:

(12)

a. “Além do boato falso sobre o PSL, também correu o *rumor* [de que Rodrigues seria afiliado ao PT] — o que também não é verdade.” (politica.estadao.com.br, 30-06-2019)

b. Meirelles sublinhou que essa tem de ser uma decisão da sociedade e que, ao debatê-la, não se deve radicalizar. Defendeu ainda a *proposta* [de que a Igreja Católica mantenha aulas de religião em suas escolas, ‘dentro dos princípios de liberdade de opinião’].” (veja.abril.com.br, 20-09-2018)

Usos de sentido mental – correspondem, de acordo com Schmid (2007, p. 323), a relatos de pensamentos. Nas construções envolvendo esse sentido, os nomes-cápsula podem figurar destacando o conteúdo conceitual de um estado mental (p. ex., *ideia*, *noção*, *teoria*) ou ainda focalizando o estado psicológico do experienciador (p. ex., *medo*, *surpresa*, *preocupação*). Os nomes-cápsula *teoria* e *medo* encabeçam as construções N-cl reproduzidas em (13), ilustrando usos que destacam o estado mental e o estado psicológico do experienciador, respectivamente:

(13)

a. “A *ideia*, de acordo com o artista, é fazer alusão à *teoria* [de que, neste exato momento, temos cópias de nós mesmos em universos paralelos ao que vivemos].” (terra.com.br, 25-06-2019)

b. “Depois de dias sem notícias do grupo, o *medo* [de que não estivessem vivos] tomou conta de todos que acompanhavam o caso...” (jovempan.uol.com.br, 23-06-2019)

Usos de sentido modal – “são meios nominais de expressar posturas modais” (SCHMID, 2007, p. 323). O autor segue a classificação proposta por Palmer (1990) para os verbos modais e, a partir dela, subdivide os nomes-cápsula desse grupo em usos epistêmicos (p. ex., *possibilidade*, *probabilidade*, *certeza*), deônticos (p. ex., *permissão*, *tarefa*, *necessidade*) e dinâmicos (*capacidade*, *oportunidade*, *tendência*). Nos excertos que seguem em (14), vemos duas ocorrências do padrão N-cl no sentido modal, sendo uma delas de uso epistêmico (*possibilidade*) e a outra, de uso dinâmico (*tarefa*):

(14)

a. “Após o não dos técnicos, o governador Ronaldo Caiado (DEM) buscou alternativas, como o ingresso no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) e a *possibilidade* [de que governos estaduais tivessem acesso a 30% dos recursos dos fundos constitucionais.]” (www.jornalopcao.com.br, 30-06-2019)

b. “E a ‘operação Cupido’ de Sally Field deu certo! A atriz de 71 anos conseguiu ajudar na *tarefa* [de que seu filho Sam Greisman, de 30 anos, conhecesse seu crush das Olimpíadas de Inverno, Adam Rippon].” (revistaquem.globo.com, 11-03-2018)

Em todos esses dados, podemos verificar que as propriedades funcionais que Schmid postula para os nomes-cápsula do inglês também são extensíveis para o português brasileiro: a

conceptualização, a caracterização e a referenciação subjetificada. Assim, aplicada ao português, a proposta de Schmid (2000; 2007; 2018) parece consistir em uma interessante alternativa para o tratamento das construções “SN-cápsula + sentença encaixada”. A partir dela, vemos que há uma interrelação entre as suas partes constituintes de modo que ambas (SN e oração encaixada) são igualmente relevantes para a compreensão dos mecanismos linguístico-cognitivos que licenciam e incitam a sua produção.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, pudemos observar que certas gramáticas tradicionais e descritivas reconhecem a existência de um conjunto de orações que se ligam a certos nomes abstratos. Vimos que essas construções apresentam um comportamento híbrido, reunindo tanto características das orações tradicionalmente chamadas de subordinadas substantivas como das subordinadas adjetivas: as sentenças “(de) que”, no âmbito formal, são similares a um complemento; contudo, funcionalmente, se comportam como modificadores dos nomes a que se ligam. Dada sua natureza complexa, não há um consenso quanto ao estatuto dessas orações, ou seja, se consistem efetivamente em constituintes oracionais selecionados pelos nomes que lhes antecedem ou se estão adjungidas a eles. Conforme procuramos sublinhar teoricamente, esse hibridismo parece diluir fronteiras categoriais (tipicamente vistas como discretas), como as de “argumento/complemento” e “modificadores/adjuntos”. Em outras palavras, tais construções evidenciam a fragilidade empírica do modelo aristotélico de categorização, o que nos leva ao encontro da proposta de categorização por protótipos, de Taylor (2005).

Para além das discussões formais e categorias, objetivamos explorar aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos que caracterizam a relação entre o SN-cápsula e a oração encaixada, a partir de uma visão cognitivo-funcional. Ancorados na proposta de Schmid (2000; 2007; 2018), defendemos que, para alcançar um tratamento mais adequado das orações especificativas (cf. RAPOSO *et al.*, 2013), é preciso contemplar as propriedades funcionais do nome-cápsula, que estabelece estreita relação com as orações subordinadas. Embora tenhamos apresentado apenas uma incursão de caráter ilustrativo, a partir de uma análise qualitativa de dados de uso, argumentamos em favor da aplicação ao português brasileiro da proposta de Schmid aplicada à língua inglesa, que nos fornece um aparato teórico consistente para a análise de dados dessa natureza.

Em estudos futuros, pretendemos ampliar a discussão referente ao estatuto sintático-semântico dessas construções. Visamos a incluir na análise, junto às construções desenvolvidas,

dados de orações reduzidas de infinitivo. Além disso, consideramos que seja fundamental realizar uma análise diacrônica para a construção em foco. Ao olhar para outras sincronias, poderemos verificar se houve um momento específico da história da língua em que essas construções começaram a ganhar força no português.

Referências

COSENZA, H. A. Semântica de Frames e Teoria de Protótipos: uma análise do poema não, de Augusto de Campos. *Revista do Programa de Mestrado Profissional em Letras da UFCG*. v. 4. n. 2. 2019.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DECAT, M. B. N. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FURTADO DA CUNHA, M. A. 2012. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo funcional). In: SOUZA, M. *et alii* (orgs.) *Sintaxe em Foco*. Recife: PPGL/UFPE, p. 29-49.

GEERAERTS, D. Prototype theory: prospects and problems of prototype theory. In: GEERAERTS, D (org.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006, p. 141-165.

GONÇALVES, S. C.; SOUSA, G. C. de; CASSEB-GALVÃO, V. As construções subordinadas substantivas. In: NEVES, M. H. de M. (org.). *A construção das orações complexas (Gramática do português culto falado no Brasil; v. 5)*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 69-121.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1987.

LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1976.

MATEUS, M. H. M. *et alii* (orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

PALMER, F. R. *Modality and the English Modals*. London/New York: Longman, 1990.

RAPOSO, E. B. P. *et alii* (orgs.). *Gramática do Português*, vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 104, 1975, p. 192-233.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLYOD, B. B. (Eds.). *Cognition and categorization* Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1978.

SANTOS, R. Y. Wittgenstein e Teoria dos Protótipos sob a ótica da Linguística Cognitiva. *Linguasagem* (São Paulo), v. 14, p. 01-18, 2010.

SCHMID, H. -J. *English abstract nouns as conceptual shells: from corpus to cognition*, Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.

SCHMID, H. -J. Non-compositionality and emergent meaning of lexico-grammatical chunks: a corpus study of noun phrases with sentential complements as constructions. *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik*, 55 (3): p. 313-40. 2007.

SCHMID, H. -J. Shell nouns in English: A personal roundup. *Caplletra*, 64:109–128. 2018.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: Prototypes in linguistic theory*. 2ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1995.

TAYLOR, J. R. Prototypes in cognitive linguistics. In: ROBINSON, P.; ELLIS, N. C. (eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics and Second Language Acquisition*. New York: Routledge, 2008. p. 39-65.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: A reassessment. In: DAVIDSE, K; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (eds.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization (Topics in English linguistics; 66)*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010, p. 29-71.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.